

DECOLONIALIDADE, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A PERCEPÇÃO DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE EMANCIPAÇÃO

Daiane Raila Parrião Borges¹

Resumo: o artigo analisa como a educação evoluiu a partir de uma ótica política educacional ao longo dos anos, com a influência do capitalismo e do Estado como o maior responsável pelo planejamento e promoção do desenvolvimento da educação nas escolas brasileiras. Seu objetivo é destacar as ações do Estado enquanto fortalecedor do capitalismo e gerenciador dos princípios políticos subjacentes às práticas pedagógicas que fortalecem uma educação voltada para suprir a mão de obra do capitalismo, através da pedagogia da hegemonia no modelo educacional brasileiro, considerando suas influências e desafios nas escolas como espaço de emancipação. O estudo tem uma abordagem de revisão de literatura acerca da globalização e educação, decolonialidade, pedagogia da hegemonia e sobre a escola como espaço de emancipação. Os resultados indicam que a escola consegue formar sujeitos capazes de reflexão, contudo, em escala menor devido à falta de estrutura de física adequada, falta de investimentos e falta de um currículo adequado de disciplinas voltado para esse tipo de educação, visto que o Estado educador tem desempenhado um papel contrário à construção de conhecimento por meio de suas políticas. O molde capitalista, hegemônico, coercitivo, mascarado de política da educação produz para si sujeitos flexíveis e incapazes de desempenhar um pensamento crítico, libertador e transformador em relação ao espaço social em que está inserido.

Palavras-chave: educação; decolonialidade; hegemonia; contra-hegemonia; escola.

Introdução

O ser humano é considerado figura social e histórica que, ao se apropriar de conhecimento, se constitui sujeito transformador de realidades. Não se trata

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 28
NOVEMBRO DE 2025

¹ Mestre em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás – E-mail: daianeraila@egresso.ufg.br.

somente da formação de sujeitos para a sociedade, mas de pensar a educação como possibilidade de se constituir como meio para a emancipação e formação de sujeitos transformadores. No entanto, essa assertiva não se desdobra naturalmente, sem o apoio de políticas públicas que forneçam condições materiais, de estrutura e financeira, mínimas para as escolas e os professores, que possibilitem que as preocupações das escolas estejam inteiramente voltadas para a educação, isto é, a escola como espaço de aprendizagem.

A definição de ciências e conhecimento científico é dada de maneiras diferentes por inúmeros autores. Há o consenso de que, ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento.² O conhecer é uma atividade da espécie humana e está para além do “dar-se conta de”, o que significa a interpretação de algo. Para conhecer tem que haver a presença de mais de um sujeito, mas também de um objeto que retenha a atenção e suscite a busca por compreensão, bem como o uso de instrumentos de observação.³

A ciência tem origem nas necessidades de conhecer e compreender, ou explicar, isto é, nas necessidades cognitivas.⁴ Michel Serres (1989) apresenta as eras da ciência e do conhecimento, isto é, eras que evidenciaram a sistematização do conhecimento, com a Matemática no Egito Antigo e Mesopotâmia; a Grécia Clássica; a Intermediação Árabe; a Teologia na Idade Média e a Ciência Moderna.

É na modernidade que a ciência é reconhecida como uma via privilegiada e segura de aproximação da realidade. Rossi aponta que a ciência moderna surgiu fora das universidades, fato que ocasionou polêmicas e a partir do século XVII, e que se transformou em uma atividade social organizada apta a formar suas próprias instituições.⁵

Na pós-modernidade, isto é, no século XX, a ciência veio a ser questionada em vários de seus princípios e propostas. Uma delas foram as condições sociais como a submissão da ciência aos interesses econômicos e militares que resultaram numa perda de interesse do conhecimento científico, como vinha ocorrendo ao longo dos anos. Ainda sobre as condições sociais, chama-se à atenção para o caráter sexista que permeia a ciência, que comumente é compreendida como um produto de uma atividade substancialmente masculina. Essa percepção está presente nas preocupações feministas e culminou em debates em torno do desenvolvimento de uma “ciência no feminino”.⁶

2 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

3 FRANÇA, V. R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 1994.

4 MASLOW, A. (1979). As necessidades de conhecimento e o seu condicionamento pela mente e pela coragem. In: Deus, J. D. (org). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

5 ROSSI, P. (2001). **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.

6 LÖWY, I. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 15-38, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/>

As relações sociais e de educação também devem ser analisadas pela perspectiva de classe, raça e gênero. A ciência para o feminismo está diretamente ligada à objetividade como uma racionalidade posicionada⁷, bem como a educação. Outra questão que envolve a percepção da ciência é a sua conversão em elemento de “mistificação das massas” a partir da razão instrumental, conforme é discutido por Adorno e Horkheimer⁸ a partir da análise dos processos de dominação na sociedade ocidental contemporânea.

Em seus estudos, Habermas⁹, buscou tornar evidente como a ciência passou de um elemento libertador a integrar a lógica industrial da sociedade capitalista. A pós-modernidade é marcada pelo distanciamento das interações do mundo real e físico e a mediação e fortalecimento dessas interações via mundo virtual. A criação das cidades impulsionou esse distanciamento. Giddens definiu esse afastamento como “segregação da experiência”, em que o contato direto com os acontecimentos da vida individual une questões mais amplas e se tornam raras e efêmeras. A segregação da experiência é o efeito planejado de uma cultura em que os domínios estéticos e morais, serão dispersados pela ampliação do conhecimento técnico.¹⁰

A sistematização de ações educativas permitiu que a historicidade fizesse parte da existência individual e sustenta a probabilidade de que o arcabouço do pensamento teórico se desenvolva por meio de uma relação de mediação do sujeito com a realidade a ser descoberta. Contudo, as transformações ocorridas na ciência passaram a integrar a lógica industrial da sociedade capitalista, pois remonta à seguinte questão discutida por Gramsci: o bloco histórico que detém o poder na sociedade civil é que dita as regras que direcionarão as diversas áreas da vida na sociedade, seja ela científica, econômica ou até mesmo educacional.¹¹

As mudanças advindas da modernidade refletem no espaço social, no comportamento e, sobretudo, na educação. A aproximação do sujeito com a realidade é fator determinante para uma “educação” libertária e para praticar sua liberdade.¹²

cadpagu/article/view/8635360/3155. Acesso em: 16 nov. 2021

⁷ HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

⁸ ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

⁹ HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

¹⁰ GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

¹¹ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹² FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, [s. d].

Globalização e educação: conceitos e relações

A colonialidade foi um dos componentes de constituição do “padrão” mundial do poder capitalista. Esse padrão de poder se sustenta na imposição de uma classificação étnica e racial da população mundial como princípio e está presente em todas as esferas e dimensões, materiais e subjetivas da sociedade. A percepção da América Latina converge no mesmo período de consolidação histórica em que emergiu o modo de produção capitalista. Os “centros hegemônicos europeus” estavam localizados em zonas sobre o Atlântico, o que depois veio a ser consolidado como o continente Europeu. A consolidação da Europa e o descobrimento das Américas se torna um alicerce central de sua dominação e, constitui-se a percepção de colonialidade e modernidade.

Durante o processo de evolução das configurações das relações de poder entre centro e periferia, conformam-se “novas identidades” da sociedade humana em uma perspectiva de colonialidade, são: negros, amarelos, índios, mestiços, brancos. Mas também em questões de georreferências, ou “geoculturais” do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois), são antinomias que se estabelecem nas relações sociais e de poder.

As relações intersubjetivas fundiram as experiências relacionadas ao colonialismo e à colonialidade com as constantes necessidades do capitalismo e se reconfiguraram como um novo mundo de relações intersubjetivas de dominação a serviço da hegemonia eurocentrada. Esse novo mundo pode ser compreendido como modernidade.

No século XVII os principais centros hegemônicos desse novo “padrão” de poder mundial eram Holanda e Inglaterra. Na perspectiva dessa nova intersubjetividade, foi implantado um modo de produzir o conhecimento a serviço das necessidades do capitalismo. Esse modo de produção de conhecimento se deu através da mediação, da externalização do conhecimento em si em relação ao cognoscente, de maneira que permitisse o controle das relações dos indivíduos com a natureza e a propriedade dos recursos de produção.¹³

Nesta perspectiva, o eurocentrismo não foi exclusivamente um processo europeu de aquisição de conhecimento ou dos dominantes do capitalismo, mas do coletivo de educandos que estava/está sob a sua hegemonia e que foi espalhado mundo afora. Com a globalização do capitalismo e o processo de colonialidade a partir da América Latina, ficou evidente que a dominação conduziu e, ainda conduz, as diversas áreas da estrutura da sociedade e da existência social de maneira satisfazer as necessidades do capitalismo, com destaque para educação.

Do ponto de vista conceitual, a educação pode ser entendida como: “[...]”

¹³ QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”¹⁴. Com o avanço dos meios de produção, mecanização do trabalho, desemprego, avanço tecnológico e principalmente a globalização mundial, a escola passou a pensar na necessidade de formar indivíduos qualificados para atenderem as demandas impostas pelo mercado. A globalização “não é apenas mais uma coisa que anda por aí, pois remota e afastada do indivíduo. É também um fenômeno interior, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas”¹⁵.

A globalização pode ser entendida como: “[...] mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo”¹⁶ ou, em termos gerais, a globalização é uma nova fase do desenvolvimento capitalista, cujas características fundamentais são a desregulamentação dos mercados, dos processos de trabalho e do trabalho, bem como a privatização das economias, com base em mudanças tecnológicas, com ênfase no uso da microeletrônica e na generalização da tecnologia, aplicação de novas tecnologias como por exemplo a robótica, automação, ciência da computação, biotecnologia e biogenética.

Esse processo se constituiu com a mundialização do capital financeiro. Essa mundialização do capital pode ser definida como a reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, que visava à recuperação das taxas de acumulação das décadas anteriores. Em síntese, embora se saiba que o processo de globalização gerou transformações mercadológicas e sociais positivas, no seu debate interno está o protagonismo do Estado capitalista que passa a ter uma função “educadora” e a consequente ação do bloco no poder que estabelece um molde social a ser aplicado.

Dentro desse molde, a classificação da população em identidades “raciais”, a distribuição mundial do trabalho em torno da colonialidade do poder, em que o capitalismo organizou a exploração do trabalho num modelo mundial de predominância da relação capital-salário. Essa colonização destruiu a estrutura social, despojando a população colonizada do conhecimento intelectual.¹⁷

Existe um processo de cultura hegemônica eurocêntrica e geralmente esse conhecimento está presente nas Universidades e é reforçado pelas Universidades. Os processos contra-hegemônicos são fundamentais na relação de construção de poder, do conhecimento científico, contudo, mesmo as relações contra-hegemônicas acabam reforçando o pensamento hegemônico, em um movimento circular. O colonialismo e o imperialismo são parte de um mesmo

14 PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

15 GIDDENS, A. **A terceira via**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

16 HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

17 QUIJANO, A. Op. cit., p. 73-117.

movimento de acumulação e aquisição de bens. Ambos os movimentos são impulsionados e sustentados por formações ideológicas que são associados aos conhecimentos de dominação, como o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica, que possui conceitos e palavras como “inferiores”, “raças servis”, “povos subordinados”, “expansão”, “autoridade” e dependência”.¹⁸

Gramsci distinguiu sociedade civil e política, determinando que a primeira é constituída por afiliações voluntárias, racionais e não coercitivas, como as escolas; e segunda são as instituições estatais cujo papel exercido na política é a dominação. A cultura opera no que Said¹⁹ chamou de marcos da sociedade civil, em que as instituições, as ideias e as pessoas não atuam por intermédio da dominação, mas através do consenso que é legitimado pela educação, por isso a escola ocupa um lugar fundamental em todas as relações sociais e de poder.

Pedagogia da hegemonia na sociedade e no contexto da institucionalização da educação no Brasil

A reflexão que estabelece o ponto de partida para entendermos a pedagogia da hegemonia é a de que as formações sociais capitalistas compreendem um “bloco histórico” onde estrutura e superestrutura se constituem através de um vínculo necessário e indispensável, e não somente através de uma relação de causa-efeito, conforme a qual a superestrutura se constituiria como resultado do plano estrutural. O conceito de bloco histórico ajuda a entender a relação estabelecida entre sociedade civil e sociedade política.

Nas “sociedades ocidentais”, onde força e consentimento – em justa relação – garantem a dominação de classe, a relação entre aparelho de Estado e sociedade civil caracteriza um processo de ampliação do Estado. Se antes este era caracterizado exclusivamente como “sociedade política”, depois, com a elevação da organização popular e o aumento da organização da burguesia para manter seus interesses, o fenômeno Estado passou a incorporar a sociedade civil como uma de suas instâncias de poder.

O Estado ampliado, “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”²⁰, com suas múltiplas organizações na sociedade civil, tornou-se um “educador”, um meio de difusão e afirmação de um determinado modo de vida sobre a sociedade. A função educativa do Estado capitalista é dirigida pelo bloco no poder e implementada nas instâncias dos aparelhos estatais e nas organizações da sociedade civil, de modo a regular a experiência cultural de vida na sociedade e fazer com que todos passem a sentir, pensar e agir com base em referências capazes de extinguir práticas contra-

¹⁸ SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁹ SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁰ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

-hegemônicas.²¹

Gramsci²² explica o exercício hegemônico como uma relação pedagógica que busca subordinar, em termos de moralidade e intelectualidade, diferentes grupos sociais, por meio da persuasão e da educação. Trata-se de um conceito que expressa o movimento de determinada classe ou fração de classe para convencer/persuadir e organizar o consenso por meio da coerção em torno de uma concepção particular, com vistas a transformar seu projeto em uma concepção aceita pela maioria.²³ A coerção acontece através do convencimento das massas e também por meio de políticas neoliberais como instrumento de legitimação do desejo da sociedade capitalista burguesa.

Dentre as políticas neoliberais que se constituíram como instrumento de legitimação da sociabilidade burguesa, destacam-se aquelas voltadas ao enfraquecimento das formas coletivas de representação de interesses dos trabalhadores, à flexibilização dos direitos trabalhistas, dentre outras diversas que buscam reforçar o pragmatismo, o empreendedorismo, a competitividade, a atomização e a ênfase na liberdade individual como padrões a serem adotados para a formação do novo homem coletivo.

No ano de 1990, o projeto neoliberal não havia recuperado as taxas de crescimento econômicas e nem consolidado a coesão social. Como resultado do quadro de instabilidade e descontrole da economia, desemprego, mecanização do trabalho, houve a necessidade de criação de um movimento pautado na revisão do neoliberalismo, de maneira que o crescimento econômico fosse alcançado por meio de bases políticas sem gerar abalos na coesão social. Martins²⁴ aponta como movimentos que tiveram maior visibilidade, os “Novos Democratas” nos Estados Unidos e o “Novo Trabalhismo”, na Inglaterra.

Com as reformulações do Estado, Giddens²⁵ aponta para a proposta da terceira via como resposta ao impasse entre o Keynesianismo, o Estado de bem-estar-social e o neoliberalismo com a ampliação do papel desempenhado pela Sociedade Civil. A terceira via se refere a uma estrutura de pensamento e prática política que busca adaptar a social-democracia a um mundo que mudou fundamentalmente nas últimas duas ou três décadas. Esta é a terceira via, no sentido de que constitui uma tentativa de ir além da antiga social-de-

²¹ MARTINS, A. S. **O Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia**. Juiz de Fora, 2010. (mimeo)

²² GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

²³ MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

²⁴ MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

²⁵ GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

mocracia e do neoliberalismo.²⁶

Aqui é possível fazer uma boa articulação com a educação no Brasil, ao passo que Neves²⁷ reforça que o desenvolvimento da terceira via no Brasil, vem sendo marcado por um conjunto de estratégias voltadas à legitimação de um novo padrão de sociabilidade, capaz de assegurar o exercício da dominação de classe por meio de processos educativos positivos. Esse conjunto de estratégias foi denominado por Neves como “nova pedagogia da hegemonia”²⁸ por se tratar de um modelo educacional voltado para o consenso, intimamente ligado à coerção, buscando assegurar a coesão social em que o sentido de democracia, cidadania, ética e participação passam por uma redefinição com intuito de atender aos interesses privados do capital nacional e internacional. Nesse processo, predominam as práticas pedagógicas voltadas à formação do novo padrão social, por meio da difusão de ideologias como o incentivo às soluções individuais, afastando as relações sociais do eixo capital-trabalho que é a origem da exploração, legitimando parâmetros e/ou estratégias econômicas, culturais, científicas, políticas, filosóficas amparadas em teorias antimarxistas.

É a partir de ações paliativas, que buscam reduzir os efeitos deteriorantes do capitalismo, que a coesão social vai se consolidando na medida em que distintos grupos sociais se subordinam à hegemonia da classe dominante. Assim, os indivíduos que apresentam condições para desestruturação do consenso burguês, chamados de excluídos, tendem a ser convencidos de que um capitalismo humanizado, na forma de uma sociedade inclusiva, seria a melhor ou a única forma possível de resolver os problemas sociais a que estão expostos.

Nesse sentido, o Estado é destacado como principal protagonista na educação disseminada por meio das escolas e na formação do novo cidadão dentro dos moldes da nova pedagogia da hegemonia por meio de políticas, diretrizes e movimentos que reafirmam a irradiação dessa forma de domínio.

Poder público e movimento Todos Pela Educação: formas de irradiação da pedagogia da hegemonia

No Brasil, tendo em vista a necessidade de dispor de recursos financeiros para a educação, foi criado o Todos pela Educação que consiste em um movimento fundado em 2006 com a missão de contribuir para que o país assegure educação básica pública de qualidade até 2030. Através do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007²⁹, foram dadas novas providências ao movimento, com

26 GIDDENS, A. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

27 NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.

28 Ibidem.

29 BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

enfoque em estabelecer metas de aprendizagem, ditando resultados concretos a atingir, atuando no combate à evasão escolar e às repetências, com adoção de práticas como aulas de reforço. O movimento faz parcerias com diversas empresas privadas. Esse plano, por meio do Educação Já, tem em seu currículo propostas de reestruturação do ensino médio, de gestão das redes e das escolas, de governança do sistema e financiamento, de formação e carreira docente, de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) etc. De acordo com o movimento, o Educação Já, que é uma iniciativa liderada pelo Todos Pela Educação, reúne indivíduos, grupos, movimentos e instituições comprometidos em priorizar, implementar e monitorar um plano estratégico detalhado nos níveis federal e estadual, gerando melhorias significativas na educação com objetivo garantir que o Brasil atinja sua meta para 2030.³⁰

No âmbito dessa plataforma de movimentos, que caminham em paralelo com a educação pública, instituídos com o intuito de prover recursos para o financiamento da educação básica nas escolas brasileiras, nota-se que o peso maior é dado em uma formação cada dia mais aligeirada, buscando promover acesso à educação para todos sem que haja qualidade de ensino. As agendas visam atingir as estáticas e números, formando cidadãos para consenso dentro dos padrões pedagógicos hegemônicos.

A escola como espaço de emancipação

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Estado educador e provedor tem o papel principal de garantir o acesso à educação por meio das escolas públicas, atuando em suas diversas diretrizes. A educação na escola pública, na perspectiva emancipatória, encara o desafio de proporcionar a construção de conhecimento capaz de impulsionar o indivíduo a inserir-se nas lutas por transformações da sociedade, sendo em ambientes sociais, culturais, econômicos, científicos, políticos e filosóficos. Nesse sentido, somente a construção do conhecimento não é suficiente. É necessário que haja um dimensionamento do conhecimento nos princípios da ética, como forma de reflexão sobre os valores para orientar as pessoas a agirem coerentemente, promovendo a justiça e tendo senso de alteridade.³¹

Essa construção se dirige a um patamar político na intenção de criar condições que possibilitem as mais diversas transformações sociais, econômicas e políticas, em vista da realidade dos sujeitos que a frequentam. Na pós-modernidade, a escola vive a incapacidade de produzir sujeitos capazes de reflexão, pois o Estado educador tem desempenhado um papel contrário à construção

³⁰ TODOS pela Educação (org). Portal Todos pela Educação. [2006]. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/iniciativas/educacao-ja/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

³¹ BRASIL. Decreto -Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

de conhecimento por meio de suas políticas. O molde capitalista, hegemônico, coercitivo, mascarado de política da educação produz para si sujeitos flexíveis e incapazes de desempenhar o pensamento crítico, libertador e transformador em relação ao espaço social em que estão inseridos. Trata-se de uma espécie de sistematização humana, em que o indivíduo é conduzido a uma formação básica incapaz de produzir liberdade.

A escola é um instrumento que possibilita acesso à cultura, conciliada à ciência e ao processo pedagógico. Nesse sentido, a escola é a instituição mais importante para a maioria dos indivíduos, sobretudo para as crianças e adolescentes de classes populares.

Destarte, destaca-se a necessidade de formar, e não somente in/formar. Esse é um desafio que se completa por uma relação dialética com os diversos trânsitos da vida social. A capacidade crítica é adquirida com permanente olhar dedicado às transformações da vida social. A consciência histórica deve ser trazida à visão do aluno, não importando de que curso ou disciplina específica, trata-se de um mesmo grande ambiente de produção de condições de possibilidade da vida humana: a sociedade.

Há um conjunto de pressões extra-escolares que tornam a dinâmica intra-escolar mais complexa de ser pensada, avaliada e contornada por gestores e educadores. Tal conjunto de pressões está diretamente ligado à falta de perspectiva profissional, desemprego, desagregação familiar e violência na escola. O docente deve desempenhar o fundamental papel de despertar no educando os sentidos capazes de orientá-lo a pensar, perceber e fazer conhecimento, estimulando e envolvendo-o em um processo de aprendizagem e na construção identitária, em que as ideias que integram o conhecimento impulsionem o discente a obter ações práticas que influenciem o meio onde ele está inserido.

Com isso, a escola é despertada para seu dever e o professor para sua vocação. A educação desafiada deve sensibilizar, produzir autonomia, agindo de modo mais que instrutivo (junção de informações acumuladas), enfatizando o seu aspecto formativo (geradora da autonomia do pensar). Para tal, é necessário pensar a educação como forma de promover uma reestruturação da base política educacional, bem como algumas práticas pedagógicas inseridas na escola por este meio. Por isso, o processo pedagógico deve se orientar no sentido de resgatar a capacidade de sentir e pensar.

Considerações finais

Este artigo pretendeu responder às questões decoloniais, na desconstrução de um agir hegemônico, em que as ações do capitalismo e pedagogia da hegemonia podem ser pensadas no modelo educacional brasileiro, como forma de analisar suas influências e desafios nas escolas como espaço de emancipação.

Os efeitos da globalização e as transformações que a sociedade sofreu ao longo dos anos forneceram estruturas para a tomada de decisões que afetaram o desenvolvimento da educação no País. Como forma de desenvolver essa atividade, foram criadas diretrizes e programas, como o movimento Todos pela Educação, que gerissem a educação em âmbito nacional, estadual e municipal, propondo ideais de um modelo de gestão compartilhada e participativa. Por sua vez, as diretrizes e o planejamento estabelecidos em sua aplicação tornaram explícito um modelo de formação para o consenso, sem que houvesse autonomia para pensar a sociedade com base na construção do pensamento crítico.

Nota-se que a escola possui capacidade de produzir sujeitos capazes de reflexão, entretanto, essa produção seria ainda maior se não houvesse um controle do Estado sobre o currículo das escolas, determinando as disciplinas que aproximam os discentes ao modelo capitalista de mercado e com a remoção de disciplinas bases para formação do sujeito. A falta de estrutura adequada, sem um salário justo para os professores, impossibilita que a escola tenha capacidade de se debruçar sobre esse tipo de formação. Nesse sentido, o Estado educador, por meio de suas políticas, tem desempenhado um papel contrário à construção de conhecimento.

O molde capitalista, hegemônico, coercitivo, mascarado de política da educação produz para si sujeitos flexíveis e incapazes de desempenhar o pensamento crítico, libertador e transformador em relação ao espaço social em que estão inseridos. A educação na escola pública, na perspectiva emancipatória, encara o desafio de proporcionar a construção de conhecimento capaz de impulsionar o indivíduo a inserir-se nas lutas por transformações da sociedade, sendo em ambientes sociais, culturais, econômicos, científicos, políticos e filosóficos. O docente deve desempenhar, em uma perspectiva contra-hegemonica, o papel de despertar o educando. Questões de classe, raça e gênero devem ser centrais para a construção de um conhecimento científico crítico e emancipatório, pois o processo pedagógico deve se orientar no sentido de resgatar a capacidade de sentir e pensar.